

Direitos humanos e democracia

Da patologização da dissidência política à resistência: a atuação da Psicologia Social no contexto da Ditadura Empresarial Militar

Gabriela Almeida Bittencourt¹

Arisa Nakamura Faustino²

Gabrielle Nordio Trombetta³

Ruth Taina Aparecida Piveta⁴

Resumo: Este estudo analisa a atuação da Psicologia no contexto da ditadura civil-militar brasileira, problematizando seus efeitos na produção da subjetividade. A partir de pesquisa exploratória, baseada em levantamento bibliográfico e análise de testemunhos, investiga-se como a Psicologia oscilou entre a legitimação da ordem autoritária e a construção de práticas de resistência. Os resultados indicam que a patologização da dissidência política contribuiu para o controle social, ao passo que abordagens críticas possibilitaram a emergência de uma atuação comprometida com os direitos humanos. Conclui-se que a memória e a escuta qualificada são fundamentais para a reparação psicossocial e o fortalecimento democrático.

Palavras-chave: Psicologia Social; Ditadura Militar; Memória; Subjetividade; Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo problematizar as intersecções entre a Ditadura militar brasileira e a atuação da Psicologia nesse contexto, com ênfase na análise dos processos de produção de subjetividade e nos relatos de sujeitos atravessados pela violência de Estado. Parte-se do pressuposto de que a ditadura não operou apenas no plano institucional, mas também na constituição de modos de subjetivação marcados pelo medo, pelo silenciamento e pela desarticulação dos vínculos sociais, produzindo efeitos que se estendem à contemporaneidade.

¹ Graduada de Psicologia, UEL, gabriela.bittencourt@uel.br.

² Graduada de Psicologia, UEL, arissa.nakamura@uel.br.

³ Graduada de Psicologia, UEL, gabrielle.nordio@uel.br.

⁴ Psicóloga, Doutora em Psicologia pela UNESP/Assis-SP, docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UEL, ruthpiveta@uel.br.

Nesse sentido, busca-se analisar de que modo as práticas psicológicas, inseridas nesse contexto histórico, participaram desses processos, ora atuando em consonância com a lógica autoritária — por meio da adaptação, normalização e patologização da dissidência —, ora constituindo-se como espaços de escuta, elaboração e resistência. Além disso, destaca-se o papel dos testemunhos e da memória como elementos centrais para a compreensão dos impactos psicossociais do período, evidenciando a importância de sua preservação como direito social e como estratégia de enfrentamento às tentativas de apagamento histórico.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico de produções teóricas e da análise de relatos e testemunhos produzidos sobre o período. O trabalho origina-se de discussões realizadas no âmbito da disciplina de Psicologia Social, do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, no contexto de atividade avaliativa.

1. Psicologia na Ditadura Militar brasileira: práticas, disputas e reconfigurações ético-políticas

A constituição da Psicologia como campo profissional no Brasil, durante o período da ditadura militar, ocorreu em meio a tensões entre demandas institucionais, interesses políticos e disputas em torno de seu papel social. A consolidação da profissão, especialmente com a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia (Lei nº 5.766/71), deu-se em um contexto marcado pelo autoritarismo, no qual a atuação profissional foi, em grande medida, orientada por uma postura de afastamento das questões políticas, configurando, na prática, uma forma de alinhamento com a ordem vigente (Silva, 2017).

Nesse cenário, o modelo hegemônico de atuação caracterizava-se por um viés elitista e normalizador, orientado à adaptação dos indivíduos às normas sociais estabelecidas. A dissidência política e os conflitos sociais eram frequentemente interpretados como expressões de desajuste individual, sendo enquadrados em termos de patologia ou desvio (Coimbra, 1995; Correia; Dantas, 2017). Tal perspectiva implicava a redução de problemas estruturais e coletivos a dimensões individuais, deslocando o sofrimento das condições sociais que o produziam e

reforçando práticas clínicas centradas no âmbito privado (Silva, 2017). Para além dessa dimensão, houve também a mobilização de saberes psicológicos em dispositivos diretos de repressão, como interrogatórios e centros de tortura, nos quais profissionais contribuíram para a identificação de vulnerabilidades e a intensificação da violência (Coimbra, 1995).

A compreensão desses processos pode ser aprofundada a partir da concepção de subjetividade como produção histórica e social. Conforme propõe Silvia Lane (1984), a subjetividade constitui-se na relação dialética entre indivíduo e realidade social. Nesse sentido, o regime ditatorial operou não apenas por meio de mecanismos institucionais de controle, mas também pela produção de modos de subjetivação marcados pelo medo, pelo silenciamento e pelo isolamento social (Scarparo, 2014).

Em contraposição a esse modelo dominante, emergiram práticas críticas que tensionaram o lugar da Psicologia na sociedade. Essas experiências, ainda que inicialmente pontuais e, por vezes, desenvolvidas em contextos de maior risco, buscaram redefinir o compromisso da área, deslocando o foco da adaptação para a transformação social. A Psicologia da Libertação, proposta por Ignacio Martín-Baró, constituiu-se como uma referência central nesse movimento, ao defender a conscientização como eixo do fazer psicológico, em diálogo com o pensamento de Paulo Freire (Correia; Dantas, 2017). De modo articulado, a Psicologia Comunitária, desenvolvida em territórios populares, como associações de bairro e favelas, passou a expressar um posicionamento explícito em defesa das classes subalternizadas (Coimbra, 1995; Correia; Dantas, 2017).

Na década de 1980, com o processo de abertura política, essas tensões alcançaram o plano institucional. Conselhos e sindicatos, anteriormente marcados por uma atuação predominantemente corporativa, passaram a ser pressionados por movimentos que reivindicavam um posicionamento em favor da democratização (Silva, 2017). Esse processo contribuiu para uma reconfiguração do campo, no qual a Psicologia passou a incorporar, de forma mais sistemática, a compreensão do sujeito como inserido em contextos sociais, políticos e econômicos, orientando sua atuação para a redução das desigualdades e a defesa dos direitos humanos (Costa *et al.*, 2014).

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Nesse contexto, ganha força no Brasil a Psicologia Social de perspectiva sócio-histórica, fortemente influenciada por autores latino-americanos como Silvia Lane e Ignacio Martín-Baró. Essa vertente propõe a compreensão da subjetividade como produção histórica e social, superando dicotomias clássicas da Psicologia e rompendo com abordagens individualizantes e naturalizantes dos fenômenos psicológicos. Conforme afirma Bock (2007, p. 23), “a compreensão do ‘mundo interno’ exige a compreensão do ‘mundo externo’, pois são dois aspectos de um mesmo movimento”, evidenciando a inseparabilidade entre subjetividade e realidade social.

Fundamentada no materialismo histórico-dialético, essa perspectiva compreende o sujeito como ativo, social e histórico, constituído nas relações e nas condições concretas de existência, ao mesmo tempo em que participa da produção dessas condições. Ao assumir essa concepção, a Psicologia Social sócio-histórica afirma a necessidade de um posicionamento ético-político, orientado à transformação das condições de vida e à crítica das desigualdades, consolidando uma ruptura com a tradição adaptacionista e classificatória da Psicologia.

A partir dessa reconfiguração teórica e ético-política da Psicologia, torna-se possível avançar para a análise de alguns relatos e testemunhos produzidos por sujeitos atravessados pela ditadura empresarial-militar, compreendendo-os como expressões concretas dos processos de subjetivação discutidos anteriormente. Nesse sentido, tais narrativas permitem apreender como a violência de Estado — materializada em práticas de tortura, silenciamento e repressão — inscreve-se no corpo, na memória e nas formas de existência dos sujeitos. Ao mesmo tempo, evidenciam o papel ambivalente da Psicologia nesse contexto, ora operando na legitimação dessas violências, ora constituindo-se como espaço de escuta, elaboração e resistência. Assim, os testemunhos não apenas evidenciam os impactos psicossociais do período, mas se configuram como dispositivos fundamentais para a compreensão das marcas deixadas pela ditadura e para a problematização do lugar da Psicologia frente a esses processos.

2. Testemunhos da ditadura: subjetividade, memória e violência de Estado

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Os relatos reunidos no livro *A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985)*, do Conselho Federal de Psicologia (2013), explicitam experiências subjetivas de profissionais localizados em diferentes regiões do Brasil, cujas trajetórias foram atravessadas pela ditadura. Os testemunhos presentes na coletânea permitem compreender a intensidade das marcas produzidas pela violência, pelo silenciamento e pelo medo instaurado no período.

Os depoimentos escancaram a brutalidade do regime, como no relato de Maria Julieta Salgado, que afirma: “Ouvi os gritos e gemidos de dor dos que estavam sendo torturados na cela ao lado” (CFP, 2013, p. 27), acrescentando que “a maioria sofreu graves traumas em brutais situações de tortura que visavam às partes sexuais [...]” (CFP, 2013, p. 26). De modo semelhante, Elzita Pimenta relata que “as torturas eram terríveis; era pau de arara, de cabeça para baixo, era choque na vagina. A minha irmã sofreu um aborto dentro das prisões” (CFP, 2013, p. 427), além de destacar o impacto da perda de seu irmão: “de todas essas torturas que eu sofri, de todos os espancamentos que eu tive, a dor maior foi a perda do Fernando” (CFP, 2013, p. 428). Já Jureuda Guerra menciona o trauma vivenciado por sua sogra durante a gestação, ao relatar que, após as sessões de tortura, os agentes diziam: “Filho dessa raça não deve nascer” (CFP, 2013, p. 210).

Nesse sentido, compreende-se que a ditadura empresarial-militar constitui-se como um elemento central para a análise dos processos de subjetivação dos sujeitos atravessados por esse contexto histórico, social e político. A coletânea de relatos evidencia as marcas deixadas pelas torturas físicas, psicológicas e sexuais, inscritas nos corpos e nas experiências subjetivas dos indivíduos (CFP, 2013). Destaca-se, ainda, o papel da Psicologia e de seus praticantes como instrumento de legitimação de práticas de patologização dos militantes contrários ao regime, frequentemente classificados como “carentes”, “desestruturados” ou doentes (Coimbra, 2001).

Tal perspectiva articula-se a uma tradição psicológica que, ao naturalizar os fenômenos humanos e individualizar problemas socialmente produzidos, contribuiu para a manutenção de padrões normativos e excludentes. Como aponta Bock (2007, p. 25), a Psicologia “tem reforçado formas de vida e de desenvolvimento das

elites como padrão de normalidade”, transformando em anormal aquilo que se afasta do modelo dominante. Nesse sentido, a patologização da dissidência política evidencia o modo como determinados saberes psicológicos puderam operar como instrumentos de controle e regulação social.

Considerando a subjetividade como uma relação dialética entre indivíduo, sociedade e instituições (González Rey, 2018), os modos de subjetivação podem ser compreendidos como produções sociais, constituídas coletivamente e situadas historicamente. Nessa mesma direção, a Psicologia Social sócio-histórica afirma que a compreensão do fenômeno psicológico exige sua articulação com as condições concretas de existência. Assim, os códigos das emoções, da linguagem e das relações sociais participam ativamente da produção da experiência subjetiva. Desse modo, a ditadura utilizou-se das instituições para produzir modos de subjetivação marcados pelo medo, pela repressão e pelo silenciamento.

Como expressão concreta desses processos, destaca-se o evento realizado na Universidade Estadual de Londrina, em 2025, intitulado *“Saberes silenciados: o direito à memória, a verdade e a reparação histórica”*. A iniciativa, ao homenagear o professor José Antônio Damásio Abib e demais docentes demitidos durante a ditadura, bem como ao promover espaços de fala para sujeitos diretamente atravessados por esse período — como a professora Heloisa Helena Nunes Sant’anna, que vivenciou as restrições e violências no cotidiano universitário durante o regime, e o professor Alcides José Sanches Vergara, participante da Comissão da Verdade da UEL —, evidencia o papel da memória como prática coletiva de elaboração e resistência. Outros professores foram convidados, mas relataram não estarem dispostos a discursar sobre os acontecimentos, por consequência da gravidade e do impacto psicológico pessoal do assunto desde 1964 até a atualidade.

O fato de alguns convidados não se sentirem em condições de narrar suas experiências explicita a persistência dos efeitos da violência de Estado, que atravessam o tempo e se atualizam na dimensão subjetiva. Nesse sentido, tais experiências reafirmam que as marcas da ditadura não se restringem ao passado, mas permanecem inscritas nos sujeitos e nas instituições, exigindo a construção de espaços de escuta qualificada, reconhecimento e elaboração. Assim, iniciativas

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

como essa não apenas resgatam a memória histórica, mas também se constituem como práticas ético-políticas fundamentais no enfrentamento do silenciamento e na produção de formas de resistência. Desse modo, evidencia-se que a violência de Estado atravessa o tempo, produzindo marcas que permanecem abertas e que demandam processos contínuos de elaboração, por meio de uma escuta qualificada, ética e implicada.

Diante da persistência desses efeitos e da necessidade de construção de espaços de escuta, reconhecimento e elaboração do sofrimento, a Psicologia é convocada a assumir um posicionamento ético-político na promoção da democracia, fundamentado no direito ao diálogo, à escuta e à memória das vítimas. O direito à verdade, nesse sentido, configura-se como condição para a própria democracia. Um exemplo desse posicionamento é a bandeira “Psicologia rima com democracia”, que atua desde 2020 posicionando o compromisso democrático da profissão. Além disso, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) se dedicou a formular referências para a formação em psicologia relacionadas ao compromisso com os Direitos Humanos (Jardim, 2017), assim, a formação ética do Psicólogo depende de espaços que promovem a escuta ativa das vítimas de opressão e violência do Estado, e da luta política e ativa a favor desses espaços de acolhimento e memória.

Para além dessa perspectiva, cabe a promoção de espaços permeados por discussões e reflexões acerca da temática, como a palestra do psicólogo Paulo Henrique dos Santos Silva, realizada na Universidade Estadual de Londrina, em 2026, no evento Saberes em Movimento: evento de abertura da Liga Acadêmica de Psicologia Social e Institucional. Na ocasião, o autor destacou a importância de compreender a memória como um movimento no presente, e não como algo estático no passado, ao afirmar que “a psicologia brasileira só será brasileira de verdade se tiver memória, e a memória não está no passado empoeirado” (Silva, 2026, informação verbal).

Nesse viés, ressaltou a necessidade de escuta qualificada e da coleta de dados, como raça e gênero, com vistas ao aprimoramento de políticas públicas de segurança, garantia de direitos humanos e promoção da justiça, destacando ainda que “eles não querem que tenhamos memória, muito menos justiça” (Silva, 2026, informação verbal). Ao longo da exposição, fez referência ao contexto do sistema

escravista, das instituições de privação de liberdade e da Ditadura Empresarial-Militar, concluindo que “a Ditadura não está no passado. A Democracia não pode estar no futuro distante e num modelo sem memória popular” (Silva, 2026, informação verbal).

Nesse sentido, o presente trabalho de resgate da atuação da Psicologia durante a Ditadura Civil-Militar e o processo de redemocratização insere-se como forma de resistência ao silenciamento das vítimas, reafirmando a memória pela ótica da Psicologia Social, que deve permanecer em constante movimento, atenta às demandas que emergem e se constituem no meio social. Para isso, faz-se necessário sustentar questionamentos como “que psicólogos queremos ser?” e “a serviço de quem queremos estar?” (Jardim, 2017), a fim de reconhecer a história e a realidade brasileira, responsabilizando-se pelo direito social à memória e assumindo um posicionamento político em defesa da democracia e dos Direitos Humanos.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite afirmar que a Psicologia, enquanto prática social e campo de saber, encontra-se inevitavelmente implicada nos processos históricos e políticos nos quais se insere. No contexto da ditadura militar brasileira, essa implicação manifestou-se de forma contundente, demonstrando tanto seu potencial de legitimação de violências quanto sua capacidade de produzir resistência e transformação social.

Além disso, foi possível compreender que os efeitos da Ditadura Civil-Militar não se restringem ao passado, mas permanecem operando na contemporaneidade, seja por meio de traumas individuais e coletivos, seja pela persistência de práticas autoritárias e processos de silenciamento. Nesse sentido, reafirma-se a importância de um compromisso ético-político que reconheça a indissociabilidade entre subjetividade e contexto histórico-social, posicionando a Psicologia frente às desigualdades e às violências que atravessam os sujeitos.

Os relatos e testemunhos nos contam que a violência de Estado se inscreve nos corpos, nas memórias e nas formas de existir, produzindo marcas que atravessam gerações e desafiam os processos de elaboração do sofrimento. Assim,

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

a memória não se configura apenas como registro do passado, mas como prática política no presente, fundamental para a visibilização das violações, para a construção de processos de reparação e para o enfrentamento das tentativas de apagamento histórico.

Dessa forma, o resgate da memória afirma-se como um direito social e como condição para a garantia da dignidade das vítimas, exigindo a construção de espaços de escuta, reconhecimento e elaboração. Tais espaços, ao mesmo tempo em que possibilitam a produção de sentidos sobre o vivido, contribuem para a consolidação de uma cultura democrática comprometida com os Direitos Humanos e com a não repetição das violências.

Por fim, coloca-se à Psicologia o desafio permanente de sustentar uma atuação crítica e implicada, capaz de responder às demandas históricas e sociais em constante transformação. Isso implica reconhecer sua inserção nos processos de produção da realidade, questionar continuamente seus modos de atuação e afirmar seu compromisso com a memória, a justiça e a democracia. Reafirma-se, neste sentido, que não há prática psicológica neutra, mas sempre situada — e, portanto, eticamente responsável diante da história e das lutas sociais.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2007.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. *Psicologia em Estudo*, v. 6, n. 2, p. 11-19, jul. 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985)*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/VerdadeRevolucionariaFim.pdf>.

CORREIA, Ana Maria Benevides; DANTAS, Candida Nobre. O fazer psicológico no

período da ditadura militar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, n. spe, p. 71-81, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703050002017>.

COSTA, Juliana Camargo; OLIVEIRA, Patrícia Alves de; FERRAZZA, Daniele de Andrade. Psicologia social e direitos humanos: a atuação da psicologia diante da ditadura militar e das manifestações atuais no Brasil. *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 70-80, 2014.

FURTADO, Odair (org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2007.

GONZALEZ REY, FERNANDO. Silvia Lane: Caminhos de uma pioneira. In: SAWAIA, B. B.; PURIN, G. T. (Org.). *Silvia Lane: uma obra em movimento*. 1ed. São Paulo: EDUC, 2018, v. 1, p. 73-93.

JARDIM, Luis Eduardo França. Psicologia Social e Pesquisa com Memória: Método e Reparação de Danos da Ditadura Civil-Militar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, n. esp., p. 103-115, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703080002017>. Acesso em: 26 nov. 2025.

LANE, Sílvia T. M.; CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; TORRES, Samantha; ECKER, Daniel Dall'Igna. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de Estado. *Revista Epos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57–78, jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100004.

SILVA, Fabíola Figueirêdo da. Psicologia no contexto da ditadura civil-militar e ressonâncias na contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, n. spe, p. 82-90, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703060002017>.

SILVA, Paulo Henrique dos Santos. Palestra proferida no evento *Saberes em Movimento: evento de abertura da Liga Acadêmica de Psicologia Social e Institucional*. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.